

Aprender a Incluir: o papel da extensão universitária na perspectiva de alunos extensionistas do Programa Rede Incluir

Learning to Include: the role of university extension in perspective of extension program students of Rede Incluir

Carolina Costa Resende¹
Anna Karina Cunha Gonçalves²
Edijane Pereira dos Santos³
Gabriela de Souza Vaz⁴
Luiza Roberta Maciel Faleiro⁵

RESUMO

O presente artigo é fruto do trabalho realizado no Rede Incluir, um programa de extensão universitária da PROEX (Pró-Reitoria de Extensão) da PUC Minas, cujo foco é a articulação da rede local de apoio à pessoa com deficiência no sentido da sua inclusão social, por meio da profissionalização e inserção no mercado de trabalho. A problemática deflagrada da pesquisa se refere ao papel da extensão universitária na formação de alunos da graduação. As autoras deste relato de experiência são alunas de diferentes cursos de graduação: direito, educação física, fonoaudiologia e psicologia e se articularam interdisciplinarmente, sob a orientação da professora coordenadora do programa, para problematizar o modelo de trabalho, de convivência e de aprendizagem, adotado desde janeiro de 2017. As transformações na relação homem-mundo, aluno-pessoa com deficiência foram analisadas a partir da perspectiva de Thiollent (2002), no que se refere à metodologia participativa aplicada ao contexto da extensão universitária. Os resultados reiteram a importância da pluralidade, horizontalidade e protagonismo do estudante, tanto nas ações de planejamento e capacitação, quanto na execução e implementação dos planos de ação, monitoramento e avaliação dos resultados.

Palavras-chave: Inclusão. Desenho Universal para Aprendizagem. Pessoa com Deficiência. Metodologia de Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

This article is the result of work done in the Rede Incluir, an university extension program of the PROEX/PUC Minas (Brazil), whose focus is the articulation of the local network of support to the disabled person in the sense of their social inclusion, through professionalization and insertion in the labour market. The problematic of the research is related to the role of university extension in the training of undergraduate students. The authors of this experience report are students of different undergraduate courses: law, physical education, speech therapy and psychology. They articulated each other interdisciplinarily, under the guidance of the coordinating teacher of the program, to problematize the model of work, coexistence and learning adopted since January 2017. The transformations in the man-world relationship, student-disabled person were analysed from the perspective of Thiollent (2002) regarding the participatory methodology applied to the context of university extension. The results reiterate the importance of the student's plurality, horizontality and protagonism, both in planning and training actions, as well as in the execution and implementation of action plans, monitoring and evaluation of results.

Keywords: Inclusion. Universal Design for Learning. Disabled Person. Teaching-Learning Methodology.

¹ Dr.^a em Psicologia, professora da PUC Minas, coordenadora do Programa de Extensão Rede Incluir. E-mail: redeincluir@pucminas.br.

² Graduanda do curso de Psicologia / PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: annakarinacg@gmail.com.

³ Graduanda do curso de Educação Física / PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: santosedijane@yahoo.com

⁴ Graduanda do curso de Fonoaudiologia/ PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: gabriela.vaaz@outlook.com.

⁵ Graduanda do curso de Direito / PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: lu09maciel@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária apresenta uma diversidade conceitual e prática que interfere expressivamente tanto no “pensar”, quanto no “fazer” de uma universidade. Na perspectiva da PUC MINAS (2011, p.2), “a extensão universitária é, por excelência, o espaço de convergência entre o saber técnico-científico; a problematização da realidade e o compromisso com a transformação social no sentido da autonomia, da cidadania e demais valores da Universidade”. Portanto, trata-se de uma atividade-fim do ensino superior.

A missão da extensão universitária de promover, de forma integrada ao ensino e à pesquisa, o desenvolvimento humano e social de alunos, professores, funcionários e comunidade, tal como expressa no Plano de Desenvolvimento Institucional (PUC MINAS, 2011) ficou ainda mais clara e legítima com a elaboração e publicação da Política de Extensão Universitária (PUC MINAS, 2006) e o Regulamento da PROEX (PUC MINAS, 2015).

A Política de Extensão (PUC MINAS 2006) definiu a filosofia e os elementos estruturantes da extensão universitária, cujos princípios norteadores apontam para a coconstrução de um Estado Democrático de Direitos no Brasil, por meio de uma práxis acadêmica, dialógica e inovadora, caracterizada pela conjugação complementar de saberes multi, inter e transdisciplinares no sentido da dignidade humana e justiça social.

O Regulamento da PROEX (PUC MINAS 2015), por sua vez, ao dispor sobre a organização e o funcionamento da Pró-reitora de extensão universitária, além de corroborar as diretrizes de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, enfatizou a participação da extensão na formação humanística, acadêmica e profissional do estudante. Nessa perspectiva, é imprescindível o conhecimento dos problemas do mundo e o desenvolvimento de habilidades e competências que viabilizem a produção de conhecimento e de tecnologias inovadoras, eficazes e replicáveis.

No contexto do Programa “Rede Incluir”, da PROEX/PUC Minas, existe uma abundância de atividades práticas, investigativas, culturais, políticas e acadêmicas cujo foco incide sobre a dimensão transformadora no sentido de uma sociedade inclusiva. A vida de alunos, professores e comunidade é afetada por questionamentos éticos, humanísticos e cidadãos do tipo: “um mundo onde não tem lugar para todos, pode ainda ser um mundo?” Tais questionamentos, acompanhados de oficinas de capacitação em inclusão e do trabalho cotidiano, para além da sensibilização, formam intelectuais e profissionais comprometidos com a causa da inclusão social de pessoas com deficiência.

Diante desse cenário, surgiu a inquietação, por parte de algumas alunas extensionistas, em aprofundar a compreensão quanto ao aprendizado que o modelo de gestão participativa proposto no âmbito do programa Rede Incluir promove para o aluno de graduação.

De acordo com Freire (2006, p.36), o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem. O conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações. Portanto, a finalidade da extensão universitária consiste na problematização cada vez mais ampla e profunda das questões estruturais dos diferentes campos econômicos, políticos, sociais, ambientais, entre outros.

A PROEX PUC Minas tem convocado a comunidade acadêmica a planejar estrategicamente suas ações de extensão e a manter o foco nas diretrizes da Política de extensão (PUC MINAS 2006), por meio, inclusive, da elaboração coletiva de planos de ação integrados. Esse processo gera uma interação e uma convivência singular, marcada por um maior engajamento de todos os atores sociais envolvidos nas ações: professores, alunos, pessoas portadoras de necessidades especiais e seus familiares. É importante destacar que a transformação é plural e atinge a todos que participam dos inúmeros projetos.

O objetivo deste trabalho é registrar a grandeza do processo de aprendizagem na modalidade de extensão universitária, enquanto dispositivo de mudança e de articulação em redes de apoio à PCD (pessoa com deficiência). A reflexão pretendida que está relacionada ao caminho que os extensionistas podem fazer para adquirir novas significações ao seu trajeto acadêmico e profissional.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado por meio de uma pesquisa exploratória descritiva, cujo ponto de partida foi o levantamento de relatos de experiências dos extensionistas que atuaram no programa Rede Incluir entre janeiro e dezembro de 2017.

A análise e triangulação de informações obtidas foram realizadas associando a metodologia participativa com os conhecimentos e registros construídos pelos alunos e o resultado das práticas de extensão, em um processo interdisciplinar e dialético. A seguir, é apresentada a trajetória formal do aluno da graduação no âmbito do programa Rede Incluir.

O Rede Incluir é coordenado e apoiado pela PROEX da PUC Minas, motivo pelo qual o primeiro contato dos alunos da graduação interessados na extensão universitária se dá por meio do

processo de seleção unificada, em que um edital apresenta as vagas oferecidas por todos os projetos e programas de extensão da instituição, bem como as etapas do processo seletivo.

A seleção é feita no início de cada semestre letivo e consiste, no primeiro momento, em inscrição *on-line* e gratuita pelo *site* da PROEX. O aluno regularmente matriculado nos cursos da entidade de ensino deverá preencher um formulário eletrônico em determinado período. Posteriormente, deverá participar da Formação em Extensão, que é pré-requisito para continuar no processo seletivo, feita por um professor palestrante que viabiliza o entendimento sobre as práticas de extensão e a contribuição que ela provoca para a comunidade e para o aluno extensionista. Durante a formação, os alunos da seleção redigem uma “Carta de Intenção”, na qual são expostos argumentos para que eles sejam selecionados e o projeto ou programa de interesse. O candidato da seleção entrega, em conjunto com a “Carta de Intenção”, o histórico escolar, sendo que alunos do 1º período não precisam apresentá-lo. Esses documentos são avaliados e os coordenadores de cada projeto de extensão fazem contato com os selecionados para a segunda fase, que consiste em uma entrevista (PROEX, 2018).

A entrevista no Rede Incluir consiste em um encontro com a coordenadora do programa de extensão, que apresenta os professores, instrutores e em alguns casos dos extensionistas participantes do projeto. Esse evento é especialmente dedicado à apresentação das atividades realizadas e previstas, dos cursos oferecidos e da caracterização do público-alvo atendido (pessoas com deficiência ou reabilitados do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social). Ao final desse encontro, são apresentados os horários e vagas para alunos extensionistas nas modalidades voluntário e bolsista. Nesse momento, cada aluno apresenta sua intenção e disponibilidade para que, coletivamente, o grupo operacionalize a tarefa de compor o plano de ação integrado.

Em termos gerais, o Rede Incluir admite alunos extensionistas de todos os campos do saber, sem restrição de cursos ou períodos. Esses alunos possuem o papel de auxiliar os instrutores em cada curso prestado, para que o conhecimento seja disseminado igualmente entre os alunos, zelando pelo fortalecimento de vínculos, pelo aprendizado e conquista de autonomia.

Os cursos têm por objetivo empregar práticas que gerem conhecimentos não só para as pessoas com deficiência atendidas, mas também aos extensionistas. Em conjunto, instrutores, extensionistas e alunos dos cursos promovem oportunidades de adquirirem conhecimentos que possuem a finalidade de explorar o potencial humano e gerar um futuro promissor e inclusivo, já que a prática de extensão possibilita e promove o aprendizado, a conscientização, a informação e a formação de ambas as partes (QUEM SOMOS, 2010).

Além disso, os extensionistas do Rede Incluir são submetidos a oficinas de capacitação, que acontecem mensalmente, para discutir e estudar temas diversos que sejam considerados

importantes. Tais temas podem ser sugeridos pela coordenadora, instrutores e também pelos alunos extensionistas. Esses eventos servem para auxiliar a formação e aumentar o campo de visão dos integrantes do projeto, por meio de assuntos que podem maximizar a atuação destes no projeto, mas também na vida acadêmica, educacional e social.

Há, também, no projeto, o incentivo a produções científicas, nas quais a coordenadora e os instrutores disseminam o conhecimento sobre a criação de artigos científicos, constroem grupos para produções desses materiais e incentivam um olhar abrangente e crítico dos extensionistas para formularem ideias que serão abordadas nessas criações.

Ao longo do projeto, outros professores envolvidos nas atividades e eventos acadêmicos ligados à temática da inclusão fazem contato com os extensionistas para divulgar novas oportunidades de formação ou de trabalho na promoção dos direitos e da aprendizagem da pessoa com deficiência. Essa ação visa maximizar o aprendizado entre os alunos do projeto.

Ao final de cada semestre, o extensionista é orientado a redigir um relatório final para expressar quais foram as principais contribuições das práticas de extensão na obtenção de novos conhecimentos e ainda registrar sugestões para o programa. Esses relatórios são analisados e servem não só para a melhoria do Rede Incluir, como também para o desenvolvimento de novos trabalhos, projetos ou estudos acadêmicos.

3 RESULTADOS: O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA VIDA DO ALUNO DA GRADUAÇÃO

A concepção contemporânea de extensão universitária, no Brasil, assume um compromisso com a sociedade, em que ambos os públicos (alunos extensionistas e comunidade atendida) devem ser beneficiários, por meio da integração entre as partes para construção de novos saberes e *práxis*. Em geral, os estudantes querem, como objetivo principal, ressignificar o conhecimento a ser transmitido, aquele que é discutido e aprendido em sala de aula.

A sociedade também usufrui do aprendizado que será difundido, por isso, será beneficiária direta. No entanto, essa interação entre a sociedade acadêmica e os demais cidadãos provoca mudanças sociais e trocas de experiências, permitindo a emergência de um novo olhar para todos, enquanto o público atendido transmite a realidade em que vive, as dificuldades que enfrenta para acessar direitos que são consagrados a si, por meio da legislação. Após o contato entre as partes, é observado que algumas matérias teóricas ensinadas na sala de aula não são aplicáveis de forma igualitária pelo coletivo social.

No âmbito do Rede Incluir, foi possível observar que o compartilhamento da realidade vivenciada colabora para um maior desejo do aluno da graduação de transmitir seu aprendizado, a fim de ampliar o conhecimento das pessoas com deficiência frente aos direitos e deveres que são por lei garantidos a todas as pessoas.

As teorias aprendidas em sala de aula se materializam nas relações travadas no cotidiano do projeto e são realizadas em prol do cidadão. Ao longo da vivência do graduando com as pessoas com deficiência, torna-se mais gratificante ao estudante colocar em prática o que foi estudado, em razão de perceber os benefícios que seu conhecimento acarreta na vida do cidadão. O contato direto com o público colabora para a qualificação de um bom profissional no futuro.

Outro consenso a que foi possível chegar nesse estudo, vai ao encontro da visão de Thiollent (2003), para quem os requisitos mais relevantes para o aluno sair transformado após um período de atuação em projeto de extensão estão mais relacionados ao tipo e à intensidade de participação do aluno e não, necessariamente, ao seu perfil. A grandeza do processo de aprendizagem na modalidade de extensão será atingida quanto mais intensivamente o aluno estiver implicado com a prática que tem a realizar.

Contudo, tanto a intensidade quanto o tipo de participação do aluno são bastante flutuantes, o que pode gerar a "falsa" impressão de que foi pouco foi realizado. Além disso, uma prática curricular na disciplina pode ser até mais significativa para a formação do aluno, dependendo da qualidade do envolvimento da participação (THIOLLENT 2003).

Segundo Thiollent (2003), alguns elementos podem determinar esse grau de envolvimento. O autor cita três modalidades de participação dos atores sociais na extensão universitária. Existem vários tipos de participação cuja intensidade é flutuante (pode variar).

A seguir, apresentamos os três tipos de participação que vão determinar a qualidade da transformação na formação do aluno e demais atores envolvidos no processo (professores, comunidade local):

- a) Adesão contratual: corre o risco de ser limitada à composição de interesses particulares, como no caso de parcerias. Quando há o interesse coletivo / objetivo comum, o bem-comum aparece.
- b) Adesão por envolvimento emocional: o envolvimento emocional é inegável e indispensável. Porém, é prejudicial quando a adesão estiver intensamente ligada ao vínculo emocional que comprometa o consenso das partes.
- c) Adesão política: é necessário um diálogo permanente e a necessidade de negociar as escolhas. Portanto, depende da capacidade de posicionamento e argumentação das partes.

Quanto à intensidade da ação, Desroche (1976, citado por Thiollent 2003), ao apresentar uma escala de participação do pesquisador em processo de pesquisa, classifica a participação em etapas de desenvolvimento do perfil de participação no sentido do desenvolvimento do papel ativo do pesquisador.

As ações de extensão não devem perseguir apenas o cumprimento de uma série de atividades utilitaristas (em que o seu sentido se perde no processo), ou seja, com a perda gradual do sentido da ação/alienação não é possível criar uma cultura de promoção da transformação e do transbordamento. No fim, pode-se dizer que o cansaço, as frustrações, os desentendimentos, as falhas nas expectativas colaborem para que o perfil mais inadequado de aluno de extensão seja aquele denominado aqui de “perfil de usuário”, cuja perspectiva se limita a conquistar os quesitos mínimos exigidos, com um envolvimento já mitigado da ação, visando apenas viabilizar a prestação de serviços da universidade. Esse tipo de ação é trabalhoso e não produz com clareza a reflexão desejada para a transformação do futuro profissional.

A extensão, como parte do tripé da universidade, oportuniza a construção de diálogos e conhecimentos interdisciplinares capazes de transformar visões de mundo e realidades profissionais nas diversas áreas do conhecimento, tanto por parte da comunidade atendida, quanto para o corpo discente e docente envolvidos.

De acordo com Síveres (2013), a atividade extensionista reforça o percurso da aprendizagem, qualificando o valor da instituição, o qual deve ser vivenciado pelos universitários e pelos atores sociais. Para compreendê-la “é adequado dizer que a extensão é um jeito de ser, uma maneira de dialogar e uma possibilidade de aprender” (SÍVERES, 2013, p.20), ou seja, o sentido da extensão é associado a realizar atividades que gerem reflexões capazes de transformar realidades, contribuindo para a igualdade social. Trata-se, portanto, de uma conjugação de saberes cujo eixo norteador é a promoção da cidadania.

Após um período de seis meses atuando no Programa de Extensão Universitária Rede Incluir, o aluno da graduação não apresenta as mesmas perspectivas observadas durante o início do curso, movidos por aquele preconceito velado, daquele que possui uma vivência mínima com essa realidade tão desafiadora. No início, sem saber como agir frente a uma pessoa com deficiência, os primeiros contatos são tímidos e frios.

A partir do segundo mês auxiliando os instrutores, vem também o ensinamento por meio da vivência, de como é a forma correta de enxergar e colaborar para o crescimento da pessoa com deficiência na busca da qualificação profissional. Conviver com essas pessoas e seus familiares é perceber a dificuldade de um mundo não desenhado de forma igualitária e sem preparo para receber de forma totalmente acessível esse público.

Somente foi possível a nós, extensionistas, desenvolvermos um olhar inclusivo e sedento por garantir a cidadania, a partir da experiência vivida no Projeto Rede Incluir, dessa forma podemos compreender e respeitar o artigo 1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência e assim colaborar, para maior inclusão dessas pessoas.

A lei da inclusão da pessoa com deficiência, popularmente conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgada no ano de 2015, é uma conquista muito recente para um problema tão antigo quanto a exclusão:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

Não basta o conhecimento da legislação para aplicação dos direitos e deveres, é necessária uma modificação na mentalidade e na cultura brasileira, para que assim, a pessoa com deficiência possa ser legitimada enquanto um cidadão que aspira por seus direitos e garantias, mas que também quer exercer suas potencialidades de forma útil e produtiva.

4 UM NOVO OLHAR PARA A INCLUSÃO

Thiollent (2003), afirma que:

[...] extensão torna-se uma importante fonte de informação para o mundo acadêmico, difícil de obter por outros meios. Com ela, estabelece-se uma riqueza de contatos, com grande variedade de interlocutores. Anima-se a vida cultural dos campi e de seu entorno; e potencializam-se ações transformadoras na sociedade. (THIOLLENT, 2003, p.58).

Apoiadas nessa afirmação, reiteramos a transformação multifacetada vivenciada pelos extensionistas durante o período de atuação no programa Rede Incluir da PUC Minas. A experiência extrapola, e muito, a teoria que nos foi apresentada inicialmente acerca das questões atinentes ao aluno. A prática extensionista, dentro do modelo de convivência no âmbito do Programa Rede Incluir da PUC Minas, possibilitou-nos ter uma nova ótica a respeito das demandas necessárias para uma sociedade mais inclusiva. Despertou em nós o desejo de construir um percurso formativo do qual seja alijada a temática da inclusão, independentemente do curso em que cada extensionista esteja engajado.

Tomaremos como referencial teórico para o exercício de nosso “novo olhar”, o DOU – Desenho Universal da Aprendizagem, que busca possibilitar experiências de aprendizagem funcionais em um amplo espectro de diferenciados alunos:

Esta é uma abordagem curricular que procura minimizar as barreiras à aprendizagem e maximizar o sucesso de todos os alunos e, nessa medida, exige que o professor seja capaz de começar por analisar as limitações na gestão do currículo, em vez de sublinhar as limitações dos alunos. (NUNES; MADUREIRA, 2015)

No programa Rede Incluir, é perceptível um diferencial no processo de ensino, a busca por atender as PCD que participam dos cursos de capacitação, auxiliando-as a alcançarem autonomia. Acreditamos que esse processo pode ser ainda mais aprimorado, tendo em vista a diversidade de ferramentas de ensino-aprendizagem que poderão ser utilizadas quando os currículos, apostilas e planos de ensino adotarem a proposta do DOU.

O conceito do Desenho Universal da Aprendizagem, segundo Nunes e Madureira (2015), tem sua origem com David Rose e Anne Maye e mostra-se como uma notável ferramenta, que pode fomentar o processo de ensino dos alunos dos cursos de capacitação do programa Rede Incluir da PUC Minas, pois, desde o início tem seus princípios e estratégias planejadas para serem universais, de maneira que a apreensão das informações seja alcançada por todos, diminuindo assim as barreiras entre o ensino e a aprendizagem.

Por possuir um planejamento flexível, o Desenho Universal da Aprendizagem permite que escolhas e caminhos diferenciados sejam tomados individualmente, de forma a possibilitar a autonomia do aluno no processo de aprendizagem. Ele é focado nos alunos que não se adaptam ao design padrão de ensino:

O "universal" em desenho universal não implica numa solução ótima para todos. Em vez disso, reflete uma consciência da natureza única de cada estudante e a necessidade de acomodar diferenças, criando experiências educativas adequadas ao educando, maximizando sua habilidade de progredir. O Desenho Universal oferece um modelo que ajuda professores a diferenciar sua instrução através de objetivos cuidadosamente articulados e materiais, métodos e avaliações individualizados (EUROPEAN SCHOOLNET, 2013).

De forma geral, o foco da análise do rendimento do processo de ensino nos mais variados tipos de escolas, cursos, universidades etc., se dá de forma a pontuar individualmente cada aluno em suas dificuldades, quando estas aparentam ter responsabilidade no baixo desempenho no processo de aprendizagem. Esse modelo, inevitavelmente, provoca o fechamento de possibilidades de discussões acerca da necessidade de mudança da metodologia, da instituição, do sistema, do contexto etc. A responsabilidade de não aprender recai exclusivamente sobre o indivíduo. Individualizar o problema isenta, pelo menos de forma aparente, a responsabilidade do outro de buscar soluções às demandas que precisam ser tratadas coletivamente.

O Desenho Universal da Aprendizagem busca, de forma cuidadosa, as definições de como se compreende o aprendizado, como ele funciona e quais são as diferenças individuais de cada aprendiz. Baseando-se nesses apontamentos, surgem três princípios que se relacionam com a aprendizagem:

- a) Como a informação é assimilada; cada aluno possui uma forma de se envolver, e seu interesse e motivação para aprender algo difere dos demais alunos, por isso, fazem-se necessários múltiplos meios de representações de um mesmo conteúdo;
- b) Como eles exteriorizam e o que é feito com o aprendizado, a compreensão e percepção das informações variam de acordo com cada aluno, para tal é necessário fornecer múltiplos meios de ação e expressão;
- c) Como os alunos estão envolvidos no processo de aprendizagem, possibilitando ao aluno múltiplos meios de engajamento.

Assim, salienta-se que

Esses três princípios compartilham uma recomendação comum: oferecer uma vasta variedade de opções para os estudantes. Para acomodar um largo espectro de educandos, currículos universalmente elaborados requerem uma variedade de opções de acesso, uso e engajamento com os materiais educacionais. Assim como o desenho universal na arquitetura, com suas escadas, rampas e elevadores, essas alternativas reduzem barreiras para indivíduos com deficiência, mas também aumentam as oportunidades para todos os estudantes (EUROPEAN SCHOOLNET, 2013).

Esses princípios ressaltam o desafio de que o professor e as instituições utilizem objetivos, materiais, métodos e meios de avaliação que sejam universais, pois isso se faz necessário para a viabilidade do Desenho Universal da Aprendizagem, porém o ensino precisa ser focado na realidade diversificada existente em uma sala de aula:

Desenho Universal da Aprendizagem exige a reestruturação dos currículos. Uma adaptação posterior dos conteúdos, materiais e estratégias não se configura como Desenho Universal. Sendo assim, todo o processo de construção do currículo deve contemplar os princípios do

Desenho Universal e da educação para TODOS. Quanto mais universal o currículo, menores as necessidades de adaptação posterior.
(MANUAL DO DESENHO UNIVERSAL, p.4)

O apontamento a respeito do Desenho Universal nos mostra a necessidade de reformulação dos processos de ensino, possibilitando, com isso, um aprendizado rico e completo de todos os alunos, e, para a Pessoa com Deficiência, a utilização dessa abordagem se mostra decisiva para a potencialização da sua aprendizagem.

Com o exposto, referente ao Desenho Universal da Aprendizagem e a experiência dentro do modelo de convivência no âmbito do Programa Rede Incluir da PUC Minas, compreendemos a necessidade de uma formação acadêmica voltada para a inclusão universal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa Rede Incluir da PUC Minas se coloca no cerne das discussões deste trabalho, entre as possibilidades de que a Pessoa com deficiência tenha um excelente aprendizado a partir dos princípios do desenho Universal da aprendizagem e a necessidade existente de uma formação em que as estratégias inclusivas sejam reestruturadas.

As possibilidades que se abrem nesse momento, e que foram discutidas ao longo deste estudo, levam-nos a começarmos a (re)pensar nosso papel em contato com esse público de reabilitados do INSS e Pessoas com deficiência. Cada um de nós percebeu o mundo a partir daquilo que somos e queremos.

A ideia de uma extensão a serviço de um processo transformador, e ainda, de uma extensão desenvolvida no diálogo e no respeito à cultura e ao próximo, nos permite perceber o quanto que a extensão universitária favorece um crescimento de ambas as partes, graduandos professores e alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13146 de 6 de julho de 2015. Regulamenta o art. 1º. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 jul, 2015.

EUROPEAN SCHOOLNET. **Desenho Universal para Aprendizagem**. [S.I.: s.n], 2013. Disponível em: <<https://carlaechabe.files.wordpress.com/2013/11/desenho-universal-para-aprendizagem.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MOVIMENTO DOWN. **Desenho Universal para Aprendizagem**. Rio de Janeiro: [s.n], 2014. Disponível em: <<https://www.movimentodown.org.br/educacao/desenho-universal-para-aprendizagem/>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Invest. Práticas**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 126-143, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S218213722015000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 fev. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional. PUC Minas 2011.** Disponível em: <http://www2.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20140811180151.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Política de Extensão Universitária PUC Minas.** PUC Minas, 2006. Disponível em <http://www2.pucminas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. REDE INCLUIR. **Quem somos.** Belo Horizonte: Pro Reitoria de Extensão, 2010. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/index.php?menu=quemsomos>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.** PUC Minas, 2015. Disponível em <<http://www.pucminas.br/proex>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. REDE INCLUIR. **Seleção Ampliada de Alunos Para Preenchimento de Vagas na Extensão Universitária em 2018.** Belo Horizonte: Pro Reitoria de Extensão, 2018. Disponível em: <http://www2.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NO ME_ARQUI 20171222170929.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Seleção de alunos.** Belo Horizonte: [s.n], [20--]. Disponível em: <<http://www2.pucminas.br/proex/index-padrao.php?pagina=5615>>. Acesso em: 23 fev. 2018

SIVERES, Luiz (Org.). **A extensão Universitária como um princípio de aprendizado.** Brasília: Liber Livro, 2013.

THIOLLENT, Michel. Metodologia Participativa e Extensão Universitária. In: **Extensão Universitária: Conceitos Métodos e Práticas.** Michel Thiollent *et. all.* Rio de Janeiro, 2003.